

**Reunião do Conselho Municipal de Educação de Campos do Jordão –
26 de junho de 2023**

No vigésimo sexto dia do mês de junho de 2023, reuniram-se nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Campos do Jordão os membros do Conselho Municipal de Educação abaixo-assinados, para discutir a seguinte pauta:

- Discussão sobre segurança no trabalho – relato da Diretora Christina da Escola Municipal Octávio da Matta.
- Discussão sobre o contrato de empresa terceirizada para a prestação de serviços de limpeza em algumas escolas do município.
- Solicitação de novos membros, em substituição aos que não estão participando das reuniões.
- Reforma do regimento do CME para a inclusão definitiva da Câmara do Plano de Carreira do Magistério.
- Informação sobre o andamento da possível paralisação parcial do Quadro de Apoio da Educação em reivindicação ao Plano de Carreira.
- Proposta para criação de um Sistema de Avaliação Municipal de Educação Básica – SAMEB

O senhor André Valoni, presidente deste Conselho, abriu a reunião agradecendo a postura dos membros diante das últimas questões ocorridas no âmbito da administração municipal. Sobre a orientação recebida pelas escolas sobre atestados médicos, referente ao Decreto 5368/2005, a Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Irene Lopes Sodré, a senhora Fernanda Moreira, solicitou esclarecimento a respeito porque faltas para acompanhamento dos filhos menores de 16 anos ao médico deveriam ser justificadas, mas não há esta finalidade de justificar faltas no decreto e a Secretaria de Educação segue a orientação da CLT nesses casos. Sobre o Decreto 4142/2022 que institui o Programa de Incentivo à Doação de Sangue, artigo 6º, que se refere à criação de um cadastro municipal de doadores. Este cadastro fica a cargo da Secretaria de Saúde, à qual será encaminhado esse questionamento.

Passando à ordem do dia, a senhora Christiane, diretora da Escola Municipal Octávio da Matta relatou uma situação grave, que está sofrendo e que também poderia acontecer com outros funcionários. A senhora diretora solicitou essa reunião para relatar o seguinte: ela depende de guardas municipais e da Polícia Militar para garantir a segurança na escola, mas recebe a informação de que não há efetivos para atenderem a escola. Foi solicitada a matrícula no integral de um aluno que ainda não tem laudo, mas tem necessidades especiais e apresenta comportamento inseguro para si e para os demais, como tentar pular as janelas. Foi solicitado um A.V.E. para acompanhar esse aluno, mas há demora no envio deste funcionário em caráter extraordinário para o integral, mesmo deferido pela diretora do Cirepe. Quando o A.V.E. foi contratado para atender este caso, foi feita uma reunião para informar à mãe deste aluno sobre a impossibilidade de que o aluno continuasse no integral, segundo orientação maior, porém a mãe respondeu de forma agressiva, ameaçando a senhora diretora.

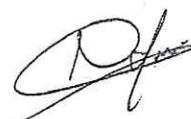


Existe no Cirepe o entendimento de que alunos com necessidades especiais devem estudar no ensino regular para terem atendimento especializado no contraturno. O laudo do aluno está inconcluso porque não foi determinado se se trata de autismo ou TDAH.

Tudo foi registrado em ata, mas a mãe tem apresentado comportamento cada vez mais desrespeitoso para com a diretora, ameaçando-a de violência física. A diretora teme por sua segurança caso registre um Boletim de Ocorrência. Em conversa informal com o delegado de polícia, houve entendimento e empatia. A diretora enviou memorando para a Secretaria de Educação relatando o caso e solicitando presença mais efetiva da Guarda Municipal na escola. Ela entende a dificuldade de todos esses guardas, mas há a necessidade de uma política pública para garantir a segurança nas escolas. Não há ronda escolar da Polícia Militar em Campos do Jordão, por exemplo. A mãe também tem agredido a diretora em rede social, o que arrisca ampliar o problema. A diretora combinou com a senhora Secretária de Educação que o atendimento desta mãe será feito pela supervisora, não mais pela diretora. A mãe acusa nas redes sociais a diretora de ter cerceado o direito do aluno a almoçar com os colegas, mas os alunos do ensino regular não têm direito a almoçar na escola e ele almoça mais cedo, acompanhado pelo A.V.E., para sair ao meio-dia. Tudo isso foi acordado em reunião com a mãe, mas ela interpreta tudo o que acontece de modo pessoal e hostil para com a diretora. O pai também apresentou comportamento ameaçador nas reuniões a que compareceu e a diretora teme por sua segurança.

O delegado sugeriu que poderia ser feita uma representação contra a mãe, o que a faria perder sua liberdade condicional, mas a diretora não o fez por temer retaliação, além da possibilidade de que o caso assumira contornos políticos nas redes sociais. A senhora diretora pede o apoio deste Conselho, que façamos uma visita à escola para conhecer e documentar como Conselho e ter acesso aos procedimentos documentados sobre este caso para reforçar seu pedido de segurança à Guarda Municipal. Ela apresentou ata de reunião com a citada mãe no dia 05 de junho, em que ela ameaça a diretora.

No Santa Clara, onde o aluno estudou anteriormente, este caso não se configurou em um problema da mesma gravidade porque o aluno era muito faltoso e a mãe estava presa na ocasião. A senhora Ana Paula sugeriu que sejam solicitados documentos e atas às demais escolas pela qual o aluno passou, bem como solicitar o respaldo do Conselho Tutelar. A senhora Heidi esclareceu que a idade de 6 a 7 anos é justamente a idade em que aparecem as características de transtornos, o que explica por que seu comportamento era diferente no ensino infantil, em que ele estava matriculado no ensino integral. Entretanto, para a mãe, foi a diretora Christiane tirou o aluno do ensino integral e ela entende como pessoal uma decisão que, no entanto, foi respaldada pela Secretaria de Educação e pelo entendimento do MEC. Foi sugerido que tanto o Conselho Tutelar quanto a Câmara Municipal sejam convidados a participar da visita à escola. A senhora diretora informou que o reforço da guarda por um determinado período poderia ser positivo na comunidade de que o Estado tem presença efetiva no local. O senhor André Valoni lembrou que amanhã na reunião do Conseg poderá ser questionado por que Campos do Jordão não participa do programa da ronda escolar. A diretora já havia informado que participará desta reunião.

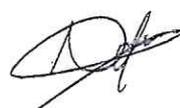


Sobre o contrato da empresa Milclean, o presidente deste Conselho solicitou à senhora Maria Eduarda, representante da Secretaria Municipal de Educação, informações sobre a contratação. Segundo ela, foi uma proposta para analisar a viabilidade da terceirização e otimizar o serviço de limpeza, diante do absentismo de alguns funcionários, mas ainda não é o contrato ideal. A cobrança de responsabilidade é mais fácil com uma empresa terceirizada e a expectativa da qualidade do serviço é melhor. A senhora Heidi, relatando a realidade da prestação do serviço, informou que há melhoria na qualidade do trabalho e boa vontade das funcionárias de limpeza, mas houve problemas para com a supervisora da empresa, que não treinou as funcionárias e não mandou produtos de limpeza suficientes. A supervisora esclareceu que tem sido difícil contratar funcionários em Campos do Jordão. A diretora Heidi entende que se falta um funcionário, a empresa deve repor, mas isso não tem acontecido. Entende-se que haja dificuldades, mas isso não exime a empresa contratada de suas responsabilidades. Sobre o uso de máquinas pertencentes à prefeitura, não há clareza no contrato se a Milclean poderia utilizá-las porque se elas forem avariadas, o custo de reparo cabe à prefeitura. A senhora Heidi sugeriu que o uso desse equipamento seja acordado em regime de comodato.

A senhora Ana Paula relatou que em sua escola houve problemas de horário de limpeza do banheiro, impossibilitando seu uso durante o recreio, e a lousa de sua sala não é limpa. O horário dos funcionários deveria ser revisto porque o período da tarde tem menos funcionários, o que não atende as necessidades da escola. A Milclean informou que há mais funcionários em um período para dar conta de serviços pesados que não são cotidianos, mas a senhora Ana Paula expressou preocupação que sejam ouvidos e erros sejam pontuados para a empresa. A senhora Duda informou que essas questões devem ser formalizadas para a Secretaria, como por exemplo a questão da lavagem de roupas das creches, cuja responsabilidade a empresa não assumiu no contrato. As senhoras Ana Paula e Heidi pontuaram que as diretoras estão sobrecarregadas e é preciso ouvir diretores e professores para saber a real situação das escolas. Para finalizar a questão da terceirizada, o presidente do Conselho reforçou que é preciso pontuar os fatos, protocolá-los via Conselho ou não, para repassar os problemas para a Secretaria de Educação. Os funcionários da prefeitura remanejados para outras unidades escolares melhoraram a qualidade do serviço nas mesmas. As lutas têm que ser paralelas, não excludentes e precisamos ajustar as propostas de modo a beneficiar a educação no município. Sobre os valores recebidos pelos funcionários da terceirizada, não há legislação que obrigue a terceirizada a pagar o mesmo que o município, o que inviabilizaria a própria finalidade dessa contratação. A única coisa que deve ser igual é almoço e atendimento ambulatorial, se houver no local. A senhora Ana Paula solicitou que seja compartilhado com as escolas documento referente a todas as atribuições da terceirizada.

Sobre a solicitação de novos membros, será repassado o pedido à Secretaria para que a Câmara do Plano de Carreira seja finalmente colocada em prática, ajustando o regimento para que ela seja permanente.

Sobre a possível paralisação, foi feita assembleia na Câmara com os membros da comissão e o sindicato e conseguiram sensibilizar o prefeito a respeito, mas a empresa que faria o plano aumentou o valor, então é possível que ele seja feito a partir do que foi elaborado pela comissão, da qual não tem havido participação de funcionários das outras secretarias. É provável que a paralisação não ocorra mais.



Sobre o último item da pauta, foi observado que o planejamento deveria ser feito em janeiro e que os diretores deveriam ser ouvidos. A Secretaria deve ter controle de algumas coisas e não pode ficar refém de avaliações diagnósticas. Campos do Jordão precisa ter um sistema próprio de avaliação, que permite à Secretaria, a partir dos dados, elaborar um plano de ação, principalmente para as escolas com maior vulnerabilidade, já que as realidades das escolas são diferentes. A senhora Cidinha pontuou a dificuldade nas atribuições no fundamental II, meses depois de exoneração do professor anterior, comprometendo o aprendizado dos alunos. O excesso de atividades extracurriculares não planejadas ou avisadas com pouco antecedência também tem atrapalhado o trabalho dos professores.

